



Jucá descarta criação de imposto para saúde

Líder do governo no Senado afirmou que o aumento dos tributos sobre cigarros e bebidas ou do seguro obrigatório de carros pode ser alternativa para financiar o setor

O retorno da CPMF para financiar a saúde pública foi descartado ontem pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá. Segundo ele,

a regulamentação da Emenda 29 e a consequente demanda por mais recursos para o SUS deverão ser compensadas com a elevação do imposto cobrado

sobre cigarros e bebidas ou do seguro obrigatório de automóveis. As medidas estão em estudo pelos ministérios da Fazenda e da Saúde. **3**

Redução de juros pelo Banco Central repercute em Plenário **3**

Enquete mostra apoio à ideia de tornar corrupção crime hediondo **8**

Gerardo Magela/Senado Federal



Reunião da CAE, CI e CDR: Dornelles, Helenilson Pontes, Benedito, Delcídio, Lúcia Vânia e Wellington

Senadores propõem que União abra mão de receitas por acordo sobre royalties

Propostas de Wellington Dias e Francisco Dornelles para embasar debate sobre partilha de recursos do petróleo preveem

a concessão de receitas pelo governo federal como forma de satisfazer estados produtores e não produtores. **5**

Franceses destacam versatilidade e modernidade do avião de caça Rafale

As vantagens do caça francês Rafale, um dos três concorrentes na licitação para a modernização da frota da FAB,

foram apresentadas ontem por representantes da empresa Dassault na Comissão de Relações Exteriores. **4**

José Cruz/Senado Federal



Jean-Louis Montel (E), Fernando Collor, Jean-Pierre Chabriol e Jean-Marc Merialdo no debate

Mulheres exigem mais proteção e igualdade de direitos no trabalho **6**

Computadores do Senado passam a ter acesso a todas as redes sociais **2**

Entidades sindicais pedem derrubada de veto a aumento das aposentadorias

Líderes sindicais reivindicaram a senadores e deputados a garantia de reajuste superior à inflação a aposentadorias e

pensões, conforme compromisso do governo durante tramitação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. **7**



Paulo Paim (C) entre representantes de sindicatos de aposentados e do Ministério Público

Lio de Paula/Senado Federal



José Sarney aplaudindo apresentação em evento da Semana da Pátria, na capital federal

Evento em Brasília, com participação de Sarney, abre Semana da Pátria

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem de cerimônia em comemoração da Semana da Pátria na

sede do Correio Braziliense. Também esteve no evento o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. **2**

Jane Araújo/Senado Federal

Usuários de computadores do Senado agora têm permissão para navegar em redes sociais, como o Facebook



Pedro França/Senado Federal

Senado libera acesso a redes sociais em seus computadores

Até então, servidores não tinham acesso a sites como Facebook e Orkut pela rede interna; ato publicado anteontem, porém, diz que deve haver "comportamento ético"

OS 6 MIL computadores da rede interna do Senado têm, desde ontem, acesso livre às redes sociais, como Facebook e Orkut. A liberação foi publicada anteontem, no Ato 14/11, assinado pelo 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB).

As pessoas que têm acesso à internet pela rede interna – senadores, servidores efetivos e comissionados, empregados de empresas prestadoras de serviço e estagiários, além de eventuais usuários externos, como jornalistas que trabalham dentro do Senado – estão sujeitos à nova norma. O ato fala na necessidade de "comportamento ético" no acesso à internet.

Todos esses usuários continuam sujeitos a interdições de uso da

rede, também definidas por ato da Primeira-Secretaria.

Continua proibido o uso da rede para acessar conteúdo pornográfico e jogos on-line, fazer download ou upload de programas ou produtos protegidos por direito autoral, enviar spam, disseminar calúnias e distribuir vírus intencionalmente.

A rede do Senado também não pode ser usada para participar de conversas on-line, acessar informações sobre violação de sistemas (hacking) e navegar em sites que façam apologia a condutas ilícitas.

Também serão punidas as tentativas de evitar o bloqueio de navegação imposto pelo Senado.

Até então, o acesso à maioria

das redes sociais era bloqueado na rede do Senado, só sendo liberada com justificativa das chefias. Um exemplo de situação desse tipo foi a necessidade de uso durante a CPI da Pedofilia.

Unidades administrativas podem pedir o bloqueio do acesso de seus servidores a sites que considerarem indesejáveis ou o desbloqueio se houver necessidades especiais.

A Primeira-Secretaria determinou ainda que o Senado mantenha registro dos acessos à internet pela rede do Senado por 180 dias. Descumprimentos das normas definidas pela Primeira-Secretaria podem levar à suspensão do acesso e até configurar infração funcional, dependendo da gravidade.

Sarney participa de festa da Semana da Pátria em Brasília

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, na sede do jornal *Correio Brasileiro*, em Brasília, de solenidade de comemoração da Semana da Pátria.

Também participaram do evento o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, o presidente dos Diários Associados, Álvaro Teixeira e o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), além de outras autoridades.

As bandeiras do Brasil, do Distrito Federal e dos Diários Associados foram hasteadas ao som do Hino Nacional, executado pela Banda do Batalhão da



Jane Araújo/Senado Federal

Crianças cantam o Hino Nacional, nos Diários Associados, observadas por Sarney e Guardas Presidenciais e cantado por 50 meninos e meninas do Centro Comunitário da Criança de Ceilândia. O encerramento da festividade foi feito pelos Granadeiros da Guarda Presidencial. Sarney comentou que a cerimônia cívica já é uma tradição da capital federal.

Rádio Senado discute manejo do capim dourado do Jalapão

A Rádio Senado Ondas Curtas reapresenta neste domingo o programa *Sintonia Ambiental*, que aborda a criação da certificação de produtos artesanais feitos com o capim dourado de Jalapão, Tocantins, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). O capim dourado (*syngonanthus nitens*) é uma espécie de sempre-viva

e ocorre em campos úmidos e veredas do Cerrado.

O programa também tratará da obrigatoriedade do recolhimento de pilhas e baterias usadas a fim de evitar a contaminação do meio ambiente.

O *Sintonia Ambiental* vai ao ar todas as quinta-feiras, às 7h, com reprise nos domingos, também às 7h.

Plenário celebra criação de Amapá, Roraima e Tocantins

O Senado celebrará em 5 de outubro os 23 anos dos estados do Amapá, de Roraima e do Tocantins, criados pela Constituição de 1988.

A homenagem foi proposta em requerimento do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), aprovado ontem pelo Plenário.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h Sessão não deliberativa, destinada a discursos de senadores. Entre eles, Marta Suplicy (PT-SP), Fernando Collor (PTB-AL) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

CPI do Ecad Audiência no Amapá

10h A CPI, que investiga denúncias de irregularidades na distribuição de recursos dos direitos autorais, promove audiência pública na Assembleia Legislativa do Amapá com o secretário da Cultura do Amapá, José Miguel de Souza Cyrilo; o cantor e compositor Nilson Chaves; e o vice-presidente da Associação de Promotores de Eventos Artísticos e Culturais do Amapá, Ivo Canutti; entre outros.

CRA Relatores debatem Código Florestal

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove mais um debate sobre o agronegócio e o projeto de reforma do Código Florestal. Foram convidados Jorge Viana, relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente; Luiz Henrique, relator na CCJ, CRA e CCT; e o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro. O evento ocorre na Feira Expoiner, em Esteio (RS).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As demais reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

10

anos de muitas Leituras



O *Leituras* completa dez anos em 29 de setembro. Para comemorar a data, a TV Senado reapresenta cinco dos 500 programas: Ferreira Gullar (4/9); Leandro Tocantins (11/9); Lygia Fagundes Telles (18/9); Autran Dourado (25/9); e Lya Luft (2/10), a primeira entrevistada do *Leituras*.

O programa *Leituras* surgiu após o interesse de telespectadores por 19 entrevistas gravadas na X Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, em 2001, pelo repórter Maurício Melo Júnior. Em todas as edições, além do entrevistado, o apresentador comenta livros de escritores brasileiros.



www.senado.gov.br/tv



Lindbergh comemora redução da taxa de juros pelo Copom

Lindbergh Farias (PT-RJ) reforçou ontem sua saudação à decisão recente do Banco Central de reduzir a taxa Selic de 12,5% para 12% ao ano. O senador, que já havia elogiado a redução na noite anterior, salientou que o país não poderia



Lindbergh Farias

cometer o mesmo erro verificado na crise internacional de 2008, quando se perdeu a oportunidade de reduzir juros.

Segundo o parlamentar, há três anos o descompasso entre a atuação do Banco Central, do Ministério da Fazenda e da Presidência da República acabou forçando o país a optar pelo investimento público para estimular a economia.

Nos últimos dias, Lindbergh ocupou a tribuna várias vezes

na defesa da redução. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), segundo ele, poderá favorecer a consolidação de uma meta futura de juros entre 2% e 3%.

O senador também falou sobre as críticas de que declarações de integrantes do governo iriam contra a autonomia do Banco Central.

– A presidente Dilma Rousseff pode, sim, dar declarações públicas sobre sua opinião de que é preciso baixar a taxa de juros – afirmou. Para ele, a decisão de aumentar a meta de superávit, anunciada na última segunda-feira, dia 29, “aplainou o caminho” para a decisão do Copom.

Para Suplicy, novo valor protege país da crise mundial



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a redução da taxa Selic foi “consistente e adequada” para que o país faça frente à atual crise internacional.

Para ele, a queda dos juros ajuda a conter as pressões inflacionárias, permite que o setor produtivo continue fazendo investimentos e possibilita uma eventual desvalorização cambial.

Suplicy, que é economista, citou as principais consequências para o Brasil de um agravamento da crise mundial: redução da corrente de comércio e do fluxo de investimentos, condições de crédito mais restritivas e piora no sentimento de consumidores e empresários.

Pimentel elogia e vê espaço para queda maior



José Pimentel

José Pimentel (PT-CE) comemorou a queda de 0,5 ponto percentual na taxa Selic. Na sua opinião, há espaço para reduzir essa taxa em até três pontos,

já que é falso o argumento de que, se o Banco Central reduzisse mais ainda os juros, poderia haver uma fuga de capitais. Uma queda de até três pontos percentuais geraria um ganho anual no pagamento dos serviços da dívida de R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões.

– Todas as vezes que o BC eleva um ponto percentual na taxa de juros, está dando R\$ 11 bilhões para 12 mil financistas que vivem à custa da sociedade brasileira – afirmou.

Dornelles diz que queda de 0,5 ponto favorece contas públicas

Francisco Dornelles (PP-RJ) comemorou a redução da taxa Selic em 0,5 ponto percentual – de 12,5% para 12% ao ano.

Ele disse que os juros são o mais forte instrumento de política econômica, com grande reflexo nos níveis de renda e emprego.

Dornelles observou, no entanto, que existe uma diferença grande entre juros e taxa Selic. A Selic, explicou, é apenas um componente da taxa de juros, tendo pouquíssima influência sobre os juros no mercado livre, onde variam de 35% a quase 200%, e nenhuma influência sobre os 32% dos juros de operações de crédito feitas pelo Banco Central, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento



Francisco Dornelles

Econômico e Social (BNDES), pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

A Selic, porém, tem enorme repercussão sobre as contas públicas: cada ponto da taxa representa R\$ 10 bilhões de aumento dessas despesas, afirmou o senador. Nos primeiros seis meses de 2011, informou, o governo teve um superávit primário de R\$ 91 bilhões, mas registrou uma despesa de juros de R\$ 138 bilhões, o que aponta um déficit nominal de R\$ 47 bilhões.

– Todo o sacrifício fiscal do governo para reduzir o nível de despesa, de gasto de investimento, foi totalmente anulado pelo aumento e pelo pagamento dos juros do período.

Líder afirma que, com a regulamentação da Emenda 29 e o consequente aumento dos gastos da saúde, governo estuda elevar tributos já existentes, e não criar um novo

Governo não quer novo imposto para a saúde, diz Jucá

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que o governo não pretende criar um novo imposto para financiar o Sistema Único de Saúde (SUS) quando a Emenda Constitucional 29 for regulamentada.

A Emenda 29 determina os valores mínimos que União, Estados e municípios devem investir em saúde pública. A norma vale desde 2000, mas até hoje não foi regulamentada. Sem a regulamentação, muitos governantes lançam gastos com aposentadorias, presídios, saneamento básico e reforma agrária, por exemplo, na conta do SUS. A regulamentação determinaria, detalhadamente, o que são gastos em saúde – para que a saúde pública deixe de receber menos dinheiro que o devido.

A votação da regulamentação da Emenda 29 está prevista para 28 de setembro.

Segundo o líder do governo no Senado, a regulamentação da Emenda 29 traz avanços para a saúde pública do Brasil, mas também o desafio de reforçar o orçamento destinado ao SUS. Essa injeção de verbas, disse Jucá, depende de medidas atualmente em análise no Poder Executivo.

Entre as alternativas para evitar a criação de um novo imposto, segundo o parlamentar, o governo considera um reajuste nos impostos sobre o cigarro e as bebidas alcoólicas e um aumento no valor do seguro obrigatório de veículos (o DPvat).

– Os ministérios da Saúde e da Fazenda estão fazendo os estudos necessários. Dentro de alguns dias, teremos uma posição – afirmou.

Jucá acredita que, do ponto de vista político, não é provável que seja levada adiante a pro-

posta da Câmara dos Deputados para a criação de um novo imposto para financiar o SUS.

As propostas do Ministério da Saúde incluem o aumento de impostos já existentes e que incidem sobre produtos que, de alguma forma, elevam os gastos da saúde pública – cigarros, bebidas alcoólicas e carros (por causa dos acidentes).

De acordo com Jucá, as propostas são “embrionárias” – o governo ainda não fechou questão quanto ao aumento de algum imposto.



Romero Jucá avalia que a proposta da Câmara de novo tributo não irá adiante

Alvaro Dias: “Transferência de responsabilidade”



O senador disse que Dilma descumpe compromisso de não recriar a CPMF

Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou-se ontem contrário a um novo tributo, nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para o financiamento do sistema público de saúde.

Na avaliação do senador, as últimas declarações da presidente Dilma Rousseff, vinculando a aprovação da regulamentação da Emenda 29 à criação de um novo imposto, revelam a tática de transferir ao Congresso a responsabilidade por sua criação.

– Essa transferência de responsabilidade ao Congresso Nacional chega a ser um escárnio – afirmou.

O senador acusou Dilma de descumprir compromisso de não recriar a CPMF. Para ele, tal mudança de orientação da presidente poderia caracterizar um “estelionato eleitoral”.

– O eleitor votou na presidente que prometia reduzir a carga tributária, desonerar a folha de salários e não na que ameaça com nova fonte de recursos.

Contingenciamento de recursos tira poderes do Congresso

O contingenciamento – termo que originalmente, na política econômica, designava cotas para importação de mercadorias – agora é sinônimo de bloqueio de despesa no Orçamento.

Houve também uma mudança de status. Antes, o contingenciamento era admitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) diante da insuficiência de receitas. Agora, é justificado pela decisão de se atingir a meta de superávit primário (sem abater o dinheiro do PAC).

A novidade agora é que se anunciou um contingenciamento antes mesmo de o Orçamento ser votado pelo Congresso. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, antecipou a possibilidade de o governo

contingenciar R\$ 25,6 bilhões da proposta orçamentária enviada para o Legislativo na quarta.

Na prática, o contingenciamento anula grande parte daquilo que o Congresso coloca no Orçamento da União. Em março, o Executivo baixou o Decreto 7.445/11, pelo qual contingenciou R\$ 50 bilhões referentes a despesas previstas no Orçamento.

Outro problema são os restos a pagar. Originalmente, eram um mecanismo usado nos casos em que a contratação, a execução e o pagamento não se concluíam no mesmo ano (calendário fiscal). Com o tempo, viraram uma espécie de segundo Orçamento da União, totalizando R\$ 128,7 bilhões no começo de 2011.

Proposta deve ser votada até 22 de dezembro

A deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), na presidência do Congresso, encaminhou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) a proposta orçamentária para 2012. De acordo com o calendário lido por ela, o projeto deverá ser votado pelo Congresso até 22 de dezembro.

A votação do relatório preliminar está prevista para 25 de outubro. A partir de 4 de novembro, os parlamentares poderão apresentar suas emendas. Até 15 de dezembro, a CMO votará o relatório geral, que será depois submetido ao Plenário do Congresso. Já o Plano Plurianual 2012–2015, também encaminhado à CMO, deve ser votado na comissão até 2 de novembro.

Qualidades do caça Rafale, um dos três concorrentes na licitação para renovar a frota da Aeronáutica brasileira, foram apresentadas ontem pelo diretor da Dassault à CRE

Projeto de caça francês pode atender FAB e Marinha

AS VANTAGENS DO avião caça francês Rafale, um dos três concorrentes na licitação para a modernização da frota da Força Aérea Brasileira (FAB), foram apresentadas ontem pelo diretor da Dassault International do Brasil, Jean-Marc Merialdo, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Os caças franceses destacam-se, segundo Merialdo, por terem sido concebidos para empreender todas as missões de um avião de combate, ou seja, são "omnirole". O Rafale, disse, é um produto recente, usado desde 2004 pela Marinha da França e desde 2006 pela Aeronáutica francesa. Esse projeto para utilização por duas forças militares "será importante no momento em que a Marinha brasileira decidir reequipar seu

navio porta-aviões São Paulo".

Já os caças F18 Super Hornet, que concorrem pela Boeing, são, segundo o diretor da Dassault, o desenvolvimento de um avião já existente e sem o mesmo potencial de crescimento futuro que o Rafale.

Sem mencionar diretamente o caça sueco Gripen, da Saab, terceiro competidor, Merialdo disse que as principais forças aéreas do mundo têm um bimotor como avião de primeira linha – e não um monomotor como o avião sueco. O Rafale tem sido utilizado em combates no Afeganistão e, mais recentemente, na Líbia, acrescentou.

– No âmbito de nossa parceria estratégica, caso o Brasil decida pela compra dos Rafale, a transferência de tecnologia será feita sem restrição alguma. A indústria brasileira já desenvol-

veu várias capacidades e precisa agora de algumas tecnologias-chave de um caça supersônico, que permitirão a essa indústria dar um salto tecnológico muito significativo – afirmou.

A extensão da transferência de tecnologia foi o tema que mais chamou a atenção dos senadores durante as audiências com representantes da Saab, da Boeing e da Dassault, observou o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL).

Vendas

Ana Amélia (PP-RS) perguntou se o Rafale já está sendo vendido para outros países, e foi informada de que a Dassault encontra-se em fase final de negociações com os Emirados Árabes Unidos e que o caça francês foi pré-selecionado em uma concorrência aberta pela Índia.



Merialdo(E) e Jean-Pierre Chabriol, ambos da Dassault; senador Collor, e Jean-Louis Montel, também da empresa francesa

Acordo descentraliza cooperação com a França

Os estados e municípios poderão celebrar acordos de cooperação diretamente com entidades francesas equivalentes, segundo estabelece o Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre Brasil e França. A ratificação do protocolo está prevista em projeto de decreto legislativo (PDS 179/11) aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), ressaltou a importância do acordo para o seu estado,

o Amapá, que tem uma longa fronteira com a Guiana Francesa e poderá agora aprofundar a "cooperação descentralizada" com governos locais da Guiana.

Três outros projetos também foram aprovados. O PDS 136/11 e o PDS 141/11 tiveram Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) como relator. O primeiro ratifica o Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado em 2002. O segundo aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e

a Bélgica. O PDS 181/11 aprova acordo de isenção parcial de vistos entre o Brasil e a Ucrânia.

A CRE também decidiu enviar voto de aplauso ao ex-presidente sul-africano Nelson Mandela, em celebração aos 20 anos de sua libertação da prisão. A sugestão foi de Paulo Paim (PT-RS). Conforme proposta de Blairo Maggi (PR-MT) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a comissão debaterá a legalização, pelo governo boliviano, de carros roubados em outros países.

Brasília pode abrir a Copa, diz Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) reiterou ontem seu apoio ao movimento para que o jogo de abertura da Copa do Mundo de 2014 ocorra em Brasília. O senador defendeu também que a cidade receba o jogo de abertura ou a final da Copa das Confederações, em 2013.

Segundo o parlamentar, 60 entidades farão neste domingo,



Várias razões favorecem escolha da capital federal, afirma senador

4 de setembro, caminhada no Eixão Sul para que a Copa seja aberta na capital federal. Ele mencionou uma série de fatores que favorecem Brasília – entre os quais, o fato de ser a capital do país e sediar representações

diplomáticas, o que facilitaria a vinda de autoridades e de turistas estrangeiros.

Rollemberg lembrou que 70% dos voos nacionais fazem escala na cidade e que as obras no estádio são as que estão em estágio mais avançado entre as 12 sedes da Copa. Também afirmou que a segurança da capital é melhor do que a das demais cidades e citou o fato de o setor hoteleiro ficar próximo ao estádio.

– É a única cidade capaz de realizar a Copa dentro de um raio de pouco mais de 10 quilômetros – afirmou o senador.

Ana Amélia quer inclusão de energia térmica em leilão

Ana Amélia (PP-RS) pediu a inclusão da energia térmica no leilão de energia A-5 que deve ser realizado pelo governo federal no final do ano. O leilão, para a contratação de energia que deverá ser usada em 2016, prevê a compra de energia de fontes hídricas, eólicas, de gás e de biomassa, mas não do carvão, o que poderá gerar prejuízos à região Sul.

– O Rio Grande do Sul importa 65% da energia que consome, por isso a energia termelétrica possui alta relevância. Além de diminuir a dependência energética do meu estado, movimenta a economia a partir das usinas geradoras e da indústria de estação do carvão mineral.

Para a senadora, o estado será o maior prejudicado, já que conta com 90% do carvão nacional. A ausência de previsão de compra de energia térmica no leilão inviabilizaria sete novos projetos, além de gerar risco de fechamento da usina localizada em São Jerônimo.



Senadora aponta risco de fechamento de usina no Rio Grande do Sul

– Os prejuízos que a exclusão desse modelo energético no leilão A-5 gerará na região mais pobre do Sul do país são imensos e aprofundarão ainda mais as desigualdades regionais no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Para protestar contra a decisão do governo federal, trabalhadores da região carbonífera farão hoje manifestação no trevo de acesso à cidade de Minas do Leão. O governo gaúcho entregará à presidente Dilma Rousseff nota técnica sobre a necessidade de manutenção do carvão como fonte de energia elétrica, informou Ana Amélia.

Novo projeto estimula controle ambiental

Jayme Campos (DEM-MT) comunicou ontem que apresentou projeto de lei (PLS 533/11) para instituir incentivos fiscais que estimulem o controle ambiental de resíduos pelas empresas. Segundo ele, projeto com teor semelhante tramitará na Câmara dos Deputados, proposto pelo seu irmão, Júlio Campos (DEM-MT).

De acordo com o projeto, as atividades de controle ambiental incluem tanto a coleta de resíduos e tratamento do ar e da água quanto a produção de equipamentos e o desenvolvimento de tecnologias com esse fim. Também estão incluídos os serviços de controle ambiental para a eliminação de resíduos.

Os incentivos valem para a cadeia produtiva, os consumidores finais e fornecedores de insumos às empresas. Para o senador, por não ter um apelo econômico, os equipamentos de controle são adquiridos de



Jayme Campos quer estimular a coleta de resíduos do ar e da água

forma lenta e onerosa.

– Cumpre incentivar o setor para mitigar os efeitos dos elevados custos e do baixo interesse – justificou.

Os benefícios consistem na redução da base de cálculo para recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além da dedução de até 50% do valor gasto da base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as empresas consumidoras.

Casildo propõe incentivo fiscal para empresa

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comunicou ao Plenário ter apresentado projeto de lei que considera como despesas os gastos feitos por pessoas jurídicas com educação de empregados e dependentes. Assim, o lucro das empresas nos balanços seria menor, diminuindo os impostos a pagar.

O projeto considera despesas os gastos com ensino básico, superior ou profissionalizante, incluindo matrícula, mensalidade escolar, livros e transporte escolar. Esses gastos, porém,



Casildo defende empresas que custeiam educação de funcionários

não podem integrar o salário. O senador citou pesquisa da Confederação Nacional da Indústria na qual 70% dos empresários do setor disseram enfrentar o chamado apagão de mão de obra e 78% disseram apostar na capacitação na própria empresa.

Consenso sobre divisão de receitas está mais próximo

O discurso de governadores e senadores em torno da repartição dos *royalties* do petróleo está mais afinado. Três consensos ficaram patentes: os estados produtores não podem perder a receita já obtida com a exploração do petróleo em seu território; os não produtores terão de participar dos resultados financeiros decorrentes dessa exploração; e a União deve abrir mão de uma parcela dos *royalties* recebidos em prol desse entendimento.

– A União é um animal insaciável com relação a receita: quanto mais tem, mais quer – criticou Flexa Ribeiro (PSDB-PA) após debate promovido pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Essa disposição de acordo também foi elogiada pela presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), e pelo presidente da CDR, Benedito de Lira (PP-AL). Já o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), e o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) acreditam que o

Senado precisa apresentar uma proposta própria para acabar com as divergências.

Francisco Dornelles (PP-RJ) e Wellington Dias (PT-PI) apresentaram suas propostas, antecipando-se à chegada ao Senado de projeto do Executivo – em tramitação na Câmara (PL 8.051/10) – que estabelece uma regra para repartição dos *royalties* entre todos os estados. Essa proposta foi alternativa ao veto parcial do ex-presidente Lula ao PLC 7/10, que tirava receita dos estados produtores. Representante de um estado produtor, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) vê com alegria a consolidação de uma união federativa em torno dos *royalties*. Para Walter Pinheiro (PT-BA), a questão deve ser encarada na perspectiva de revisão do pacto federativo, enquanto José Pimentel (PT-CE) avalia ser necessário remunerar de forma diferente os estados que eventualmente possam sofrer danos em seu território decorrentes da exploração de petróleo.



Audiência conjunta de três comissões debate divisão dos lucros do petróleo

Collor: Brasil não pode permitir retrocesso na Rio+20

O Brasil, além de ser o país anfitrião, precisa ser o principal protagonista da conferência ambiental Rio+20, em 2012, defendeu ontem em Plenário o senador Fernando Collor (PTB-AL). Para ele, o país não pode permitir retrocessos nas conquistas ambientais da Humanidade nem que as nações desenvolvidas pautem as prioridades do encontro.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável será realizada na cidade do Rio de Janeiro exatos 20 anos depois da Cúpula da Terra (a Eco-92), ocorrida na mesma cidade, quando Collor ocupava a Presidência da República.

– A Rio+20 constitui oportunidade única para o Brasil afirmar de vez seu papel de vanguarda na condução das negociações ambientais e no cumprimento de metas internacionais em prol do desenvolvimento sustentado – afirmou.

Collor acredita que as grandes potências já estão tentando definir os rumos do encontro para priorizar temas como economia verde e governança global. Esses dois temas, disse ele, podem acabar sendo desvirtuados para a defesa

do protecionismo comercial e de barreiras não tarifárias ao comércio internacional.

– Ou seja, uma espécie de árbitros de produtos ecologicamente aceitáveis. Trata-se, assim, de cenário factível de se tornar realidade, o que nos colocaria novamente como reféns do primeiro mundo – alertou.

Collor considera que o Brasil não deve barganhar possíveis conquistas em acordos ambientais para conseguir sucesso em negociações em outras áreas, seja economia, política externa ou defesa nacional.

– Devemos insistir no combate intransigente a qualquer tentativa de subtrair substância aos acordos, convenções e compromissos alcançados na Rio-92. Os países descontentes com aqueles compromissos – e aqui saliento os referentes às mudanças climáticas e à proteção da biodiversidade – estão se preparando para conspurcar os logros da Conferência do Rio. Sob a pretensão de atualizar o debate, pretendem, na realidade, reescrever os textos históricos a que chegamos a duras penas durante as difíceis e árduas negociações que o Brasil liderou há 20 anos – disse.



Entre senadores e representantes de estados, o governador de Goiás, Marconi Perillo, defende o equilíbrio federativo

Distribuição de *royalties* exige segurança jurídica

Vice-governador do Pará adverte que, se o Congresso Nacional não construir uma regra consistente, STF é que vai ter de decidir sobre a repartição dos recursos do petróleo

A ELABORAÇÃO DE uma proposta conciliadora em torno da repartição dos *royalties* do petróleo não pode perder de vista a segurança jurídica. O alerta foi feito pelo vice-governador do Pará, Helenilson Pontes, durante debate promovido ontem pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

– Se o Congresso não construir uma regra “à prova de bala” em termos de segurança jurídica, serão os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a decidir isso, o que é lamentável para a democracia e para o país – advertiu Helenilson, referindo-se à repartição dos *royalties* do petróleo entre estados produtores e não produtores.

Após sustentar que “ninguém quer retirar nada dos estados que produzem petróleo”, o governador de Goiás, Marconi Perillo, considerou inadiável o Senado aproveitar a discussão sobre os *royalties* para analisar o próprio pacto federativo.

– Eu creio que essa partilha poderia ser o início do equilíbrio federativo e financeiro para estados e municípios. Ninguém quer retirar nada dos estados que produzem, mas é preciso deixar claro que essa riqueza é do Brasil, sendo necessário buscar um consenso que não prejudique uns em detrimento dos outros – comentou Marconi.

Esse entendimento entre representantes de estados produtores e não produtores de petróleo começou a ser desenhado quarta-feira, quando as mesmas

três comissões debateram o tema com os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; do Espírito Santo, Renato Casagrande; de São Paulo, Geraldo Alckmin; e de Pernambuco, Eduardo Campos.

Na ocasião, Casagrande cogitou a possibilidade de os estados produtores recorrerem ao STF se o Congresso derrubar o veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PLC 7/10, que estabelecia a repartição dos *royalties* entre todos os estados.

Frente a esse risco, Eduardo Campos – que representa um estado não produtor – considerou uma “temeridade” delegar essa decisão para o Supremo, argumentando que o Congresso é que dispõe de instrumentos de negociação para resolver as divergências.

Senadores querem que União abra mão de receitas

Divergentes em seus princípios gerais, as propostas que Wellington Dias (PT-PI) e Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentaram ontem para a discussão de acordo na partilha dos *royalties* do petróleo convergem em um ponto: ambas preveem concessões de receitas por parte da União para sustentar uma repartição que venha a satisfazer estados produtores e não produtores. Os dois senadores apresentaram suas propostas na audiência conjunta promovida por três comissões técnicas.

Wellington Dias salientou que as receitas da União com a exploração do petróleo podem passar de R\$ 8,6 bilhões, em 2010, para mais de R\$ 40 bilhões até 2020. Por isso, entende haver espaço para acomodar repasses para os estados produtores, que perderiam receita com um novo regime de repartição.

O senador considerou como princípio de justiça assegurar aos atuais estados e municípios produtores um piso de receitas que corresponda ao que já recebem das atividades de

petróleo. Por isso, pelo seu modelo de partilha, Rio de Janeiro e Espírito Santo, por exemplo, vão continuar recebendo um piso equivalente ao projetado para este ano: o Rio com R\$ 9,8 bilhões e o Espírito Santo com R\$ 900 milhões, contando estados e respectivos municípios.

Além disso, estados e municípios produtores participariam do rateio com base nos critérios dos fundos de participação dos estados (FPE) e municípios (FPM), do mesmo modo que os estados não produtores. Por fim, os produtores receberiam também um percentual de compensação, ainda a ser negociado, que sairia da parcela de 40% que deve ser destinada à União – parte livre, exceto o que deve ser destinado ao Fundo Soberano.

Áreas já contratadas

Enquanto a proposta de Wellington põe no rateio as receitas das áreas já licitadas, incluindo 28% das reservas do pré-sal, Dornelles argumenta que devem ficar inalterados os contratos referentes a essas

áreas, já assinados. Na prática, as alterações na forma de rateio seriam para as novas licitações, que só devem começar a produzir e gerar renda a partir de 2020.

Ao mesmo tempo, Dornelles propõe uma compensação para os estados produtores pelo fim da cobrança de participação especial nos futuros contratos, que já serão firmados com base no regime de partilha. As receitas das participações serão carregadas apenas para a União, na forma de lucros. Em relação aos contratos existentes, essas receitas representam recursos anuais de R\$ 11,6 bilhões, igualmente rateados entre União e produtores (R\$ 5,8 bilhões para cada um).

A compensação se daria por meio da elevação da alíquota para cálculo dos *royalties*, que seria aumentada de 15% para 20% sobre o valor do barril. Embora possam deixar de receber R\$ 5,8 bilhões em participações especiais, estados e municípios produtores teriam suas receitas em *royalties* (base da produção atual) ampliadas para R\$ 10,8 bilhões. Conforme o senador, com redução de R\$ 1,3 bilhão em relação ao que hoje é destinado aos produtores com base nos dois tipos de receita.

Wellington Dias e Francisco Dornelles concordam que União deve bancar equilíbrio da partilha



Marta pede ao Congresso que não crie "índices de reajuste" para benefício

Marta defende proteção do Bolsa Família

Marta Suplicy (PT-SP) defendeu a preservação das características básicas do Bolsa Família no momento em que o Congresso definir o marco legal do programa.

– O marco legal do Bolsa Família merece a mesma blindagem que outras legislações emblemáticas, como o Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Marta, os parlamentares devem evitar a fixação de critérios para o ingresso e a correção dos valores dos benefícios. Para ela, o estabelecimento de "índices de reajuste" poderia levar ao congelamento dos benefícios.

Davim pede mais recursos para a saúde pública

Paulo Davim (PV-RN) voltou a alertar para a urgência de o Brasil encontrar novas fontes de recursos para a saúde pública. Ele defendeu a regulamentação da Emenda 29 – que tramita na Câmara dos Deputados – e citou projetos de lei de sua autoria.

O PLS 193/11 institui que 15% da receita de multas de trânsito vá para o Fundo Nacional de Saúde e o PLS 313/11 destina ao programa Saúde da Família a totalidade dos prêmios não reclamados das loterias federais.

O senador também defendeu o aumento dos tributos sobre cigarros e bebidas alcoólicas.



Davim defende a destinação de 15% das multas de trânsito para a área

Em audiência da CRA, medidas que promovem oportunidades iguais para os gêneros recebem aprovação de sindicalistas que atuam em defesa dos direitos da mulher

Mulheres apoiam projeto de mais igualdade no trabalho

MAIS PROTEÇÃO E igualdade de direito às mulheres nas relações de trabalho. Esse foi o pedido feito ontem por quatro sindicalistas ligadas à defesa dos direitos das mulheres. Elas participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir o projeto de lei (PLS 136/11) que estabelece medidas de proteção à mulher e procura garantir iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração no trabalho. Todas defenderam a aprovação da proposta, de autoria de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e que tem Jayme Campos (DEM-MT) como relator na CRA.

A secretária nacional de Políticas para a Mulher da Força Sindical, Maria Auxiliadora dos Santos, afirmou que o Brasil é discriminador, principalmente no mercado de trabalho. Se-

gundo ela, mesmo com mais qualificação, a mulher ainda ganha menos que os homens. "O projeto é fundamental", disse.

Já para a diretora executiva da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CBT), Ailma Maria de Oliveira, a falta de autonomia econômica, a falta de oportunidades de ascensão, os assédios moral e sexual, a discriminação, o preconceito e a sobrecarga devido à dupla jornada de trabalho são algumas das formas de violência sofrida pela mulher no trabalho.

Agravante racial

Para Ailma, a aprovação do PLS 136/11, de autoria de Inácio Arruda, traz grandes perspectivas porque promove a discussão inclusive com relação a cor, já que, segundo ela, mulheres negras sofrem ainda mais preconceito do que as brancas.

A diretora para Assuntos da Mulher e da Juventude da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino da Silva, lembrou que as trabalhadoras rurais também sofrem discriminação. Para garantir maior proteção tanto no meio urbano quanto no rural, Sônia sugeriu incluir no projeto a criação da Comissão Interna Pró-Igualdade (Cipi), um órgão fiscalizador das empresas. Também sugeriu a criação do Cadastro de Empregadores Responsáveis por Atos Discriminatórios (Cerad).

A secretária nacional da Mulher da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Jussara Silva Lopes, ressaltou que a segunda jornada da mulher, em casa, não costuma ser compartilhada com seus companheiros. Ela assinalou que, aos poucos, as mulheres estão rompendo essas barreiras.



Ana Amélia (C) ouve as sindicalistas Jussara Lopes, Sônia Zerino, Ailma de Oliveira e Maria Auxiliadora dos Santos

Discussão merece ser ampliada, sugere o relator

Jayme Campos, relator do PLS 136/11, sugeriu que a matéria seja discutida conjuntamente pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), da qual é presidente, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde o assunto receberá decisão definitiva. Ele informou que seu relatório será elaborado com base em discussão democrática para atender às demandas reprimidas das mulheres.

Blairo Maggi (PR-MT) observou que o projeto está na CRA porque aborda tema de interesse das trabalhadoras rurais, mas trata das condições de trabalho de todas as mulheres.

Na avaliação de Ana Amélia (PP-RS), os programas de gover-

no já vêm buscando proteger a mulher com medidas transversais entre os diversos ministérios, como, por exemplo, a inclusão do nome da mulher no título de concessão da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Remuneração menor que homem na mesma função; preterição de atos laborais, como ocupação de cargos e funções; promoção e dispensa com concorrente homem; e controle de condutas para impedir a participação da mulher em igualdade de condições são, de acordo com a proposta, formas de discriminação contra a mulher.

Também é considerada discriminação a imposição de subser-

viência ou inferioridade moral ou hierárquica; a criação de dificuldade de acesso a cursos; o estímulo, em papéis de comunicação interna, ao preconceito ou violência em decorrência do gênero; e o assédio moral, físico, patrimonial e sexual.

A proposta ainda aponta condutas de discriminação indireta – quando atos aparentemente neutros criem situação desvantajosa devido ao gênero – e organizacional – práticas que contribuam com quaisquer formas de discriminação.

A mulher discriminada no ambiente de trabalho, prevê o projeto de lei, terá direito à indenização, bem como a promover ação penal.



Wilson Santiago faz referência a um projeto de lei e duas PECs

Santiago destaca melhorias para advogados públicos

As condições de trabalho e de vida dos advogados públicos podem ser melhoradas por um projeto de lei e duas propostas de emenda constitucional, segundo Wilson Santiago (PMDB-PR).

Ele fez referência às propostas de emenda à Constituição 443/09 e 452/09, que tramitam na Câmara dos Deputados e tratam da isonomia de remuneração dos advogados públicos com os magistrados e da autonomia funcional da carreira, e ao Projeto de Lei 1.274/10, que destina às procuradorias-gerais dos estados parte dos recursos dos depósitos judiciais.

Randolfe informa que Heloísa Helena já está em casa

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comunicou ontem a melhora no estado de saúde da ex-senadora Heloísa Helena, uma das fundadoras de seu partido e atual vereadora de Maceió.

Heloísa Helena foi internada dia 30 no Hospital-Geral do Estado (HGE) com crise de asma agravada por hipertensão. Depois de uma passagem pela unidade de terapia intensiva, teve alta ontem à tarde.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Marta Suplicy (PT-SP) também desejaram melhoras.



Randolfe relata condições de saúde da ex-senadora do seu partido

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por João Ribeiro • José Sarney • Marta Suplicy • Jayme Campos • José Pimentel • Paulo Paim • Walter Pinheiro

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Participação nos lucros é um direito, diz Paim

Para Paulo Paim (PT-RS), a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas deve ser atrelada à produtividade e não ao salário, conforme artigo 7º, inciso 11, da Constituição. Ele defendeu projeto de lei (PLS 89/07) de sua autoria que aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador lembrou que milhões de trabalhadores brasileiros ainda não recebem essa participação nos dividendos e estão desprotegidos porque a legislação regulamenta apenas o processo de negociação, mas não consolida a participação como direito inalienável dos empregados.

– Não é possível que, no mundo moderno e competitivo em que vivemos, onde os profissionais são cobrados e pressionados para aumentarem a produtividade, muitos deles ainda não obtenham rendimentos adicionais pelo esforço e pelo êxito de sua ação no trabalho – afirmou.

5% do lucro líquido

De acordo com o senador, o projeto garante ao trabalhador uma participação mínima nos resultados que ele propiciou, que seria o percentual mínimo de 5% do lucro líquido da empresa no exercício anterior. A livre negociação continua garantida e pode até avançar a um patamar maior. Paim pretende, com sua proposta, transformar uma mera expectativa de direito em benefício efetivo e proteger o direito do trabalhador que não tenha poder de negociação.

O parlamentar afirmou ainda que o relator na CAE, Cyro Miranda (PSDB-GO), está elaborando um substitutivo que aprimora o projeto original. Segundo Paim, o substitutivo estabelece a divisão da responsabilidade entre empresários e o governo, permitindo que 50% do que for destinado aos trabalhadores seja abatido pela empresa nos impostos a pagar.

Pedido dos líderes sindicais refere-se a dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 que foi vetado pela presidente Dilma Rousseff. Ele assegurava recursos para reajuste acima da inflação de aposentadorias e pensões



Senador Paulo Paim (C) preside audiência pública na CDH: líderes sindicais argumentam que aumento nas despesas previdenciárias reduz gastos com assistência social

Sindicalistas pedem derrubada de veto ao reajuste de aposentadorias

LÍDERES SINDICAIS QUE participaram ontem de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) defenderam a derrubada, por senadores e deputados, de veto da Presidência da República a dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que assegurava recursos para conceder reajustes acima da inflação para aposentadorias e pensões.

Para Celso Amaral de Miranda Pimenta, diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), houve quebra de compromisso.

– O governo assumiu compromisso com os sindicatos e com o próprio Congresso, mas depois vetou. O veto pegou [as centrais sindicais] de surpresa.

Também Lourenço Ferreira do Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, manifestou inconformismo com o veto.

Para Warley Martins Gonçalves, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), apenas a união de todos os trabalhadores, ativos e inativos, poderá conquistar a aprovação de uma política de ganhos reais para aposentadorias e pensões.

A importância da união das entidades sindicalistas foi re-

firmada por Paulo José Zanetti, representante da Força Sindical. – Nada cai do céu, temos que fazer pressão sobre o Congresso para reverter essa situação.

Gonçalves lembrou que a Previdência é a segunda maior arrecadação do país, abaixo apenas do Tesouro Nacional, e negou que o sistema esteja quebrado.

– Passamos a vida toda pagando rigorosamente nossa aposentadoria e machuca ouvir que o trabalhador da ativa está sustentando os aposentados. Nós trabalhamos 30, 40 anos para pagar nossa aposentadoria.

Ao criticar decisão do governo de fazer superávit em detrimento dos direitos dos aposentados, os líderes sindicais disseram confiar na derrubada do veto à política sustentável de reposição de aposentadorias e pensões.

Voto secreto

Na opinião de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, um dos obstáculos ao atendimento dessa demanda é a votação secreta de vetos. Para ele, o movimento sindical deveria fazer uma “cruzada nacional” pelo fim do voto secreto no exame de vetos, pois, “quando o voto é aberto, todos são a favor do trabalhador”.

André Luiz Marques, presi-

dente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), disse que, historicamente, as mudanças feitas na Previdência têm por objetivo o fim do sistema público.

– Paulatina e silenciosamente, estão privatizando a Previdência. Ela está sendo tão adulterada que está deixando de ser social.

Para Marques, quanto maior for a Previdência, menor será

a necessidade de o governo gastar com assistência social.

Hélio Gustavo Alves, presidente de honra do Iape, afirmou que todas as reformas do sistema previdenciário foram inconstitucionais, por terem modificado regras para os que já contribuíam para a Previdência.

– Temos que fazer uma reforma daqui pra frente, não para quem já contribuiu.

Fator previdenciário reduz valor de benefícios em até 30%

Criado pelo governo em 1999 para compensar a ausência de uma idade mínima para as aposentadorias no setor privado, o fator previdenciário “não cumpre o seu papel, funciona de forma perversa e reduz em 30%, na média, o valor desses benefícios”. A análise é do secretário de Políticas do Ministério da Previdência Social, Leonardo Rolim. Ele ressaltou, no entanto, que acabar com o mecanismo sem contrapartida teria um impacto muito grande nas contas da Previdência.

Rolim também informou que a economia para o governo, resultante da aplicação do

fator, foi de R\$ 7,5 bilhões no ano passado e está estimada em R\$ 9 bilhões para este ano.

– A economia total propiciada por esse mecanismo entre 1999 e 2010 foi de R\$ 31 bilhões – afirmou.

Utilizado no cálculo das aposentadorias, o fator previdenciário é uma fórmula matemática que leva em conta a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida do trabalhador. Seu objetivo – ao reduzir o valor a ser pago para quem se aposenta mais cedo – foi diminuir as despesas da Previdência e desestimular aposentadorias “precoces”.

Jornada dos assistentes sociais não é cumprida



Ana Rita registra dia de luta pela jornada legal

Ana Rita (PT-ES) comemorou ontem o primeiro aniversário da sanção da Lei 12.317/10, que assegura aos assistentes sociais a jornada de 30 horas semanais sem redução de salário. Ela lamentou, no entanto, a grande resistência ao cumprimento da lei.

– Alguns órgãos públicos federais, estaduais e municipais ainda resistem em cumprir a legislação – disse, mencionando ação direta de inconstitucionalidade que questiona a lei.

A senadora destacou a realização, em 30 de agosto, do dia nacional de luta pelas 30 horas, e exaltou a coragem, dedicação e competência dos assistentes sociais.

– Não é fácil trabalhar em regiões onde a maioria da população é muito pobre e carente de serviços.

Lídice da Mata relata seminário sobre drogas

Lídice da Mata (PSB-BA) assinalou a realização do 1º Encontro Nacional sobre Álcool e outras Drogas em Salvador, na semana passada. O evento foi promovido pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (Cetad), da Universidade Federal da Bahia.

Lídice informou que o encontro teve como objetivo contribuir para a elaboração de propostas de mudanças na legislação nacional sobre o tema.

A senadora também leu carta do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, em que os secretários pedem a punição dos responsáveis por irregularidades no Ministério do Turismo,



Senadora ressalta manifesto de dirigentes do turismo

Inácio Arruda defende mais recursos para a educação

Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou em Plenário seu apoio ao pleito de estudantes brasileiros que realizaram marcha em Brasília reivindicando a destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação.

Em um momento em que a Câmara dos Deputados está debatendo Plano Nacional de Educação (PNE), que vai nor-tear os investimentos na área para os próximos dez anos, o senador também defendeu proposta de sua autoria que destina 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a área.

Inácio Arruda sugeriu que o Senado já comece a debater as propostas do PNE, para que os senadores estejam “preparados para defender os interesses da nação”.



Arruda propõe que senadores discutam o PNE

“Plano Plurianual é um dos mais audaciosos”

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 é um dos mais audaciosos já elaborados no Brasil, comentou ontem Walter Pinheiro (PT-BA).

– O PPA define todas as políticas públicas do governo e é nossa principal ferramenta de planejamento – explicou.

Designado relator do PPA, o senador se disse satisfeito e contente com a qualidade e organização do plano.

O PPA 2012-2015, de acordo com Pinheiro, confirma o compromisso do governo Dilma Rousseff com a erradicação da miséria, ao destinar R\$ 2,6 trilhões para programas e ações sociais. Os investimentos previstos alcançam R\$ 5,4 trilhões, disse.



Senador vai relatar Plano Plurianual

WALTER PINHEIRO VÊ ACERTO EM MP

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou a aprovação da medida provisória (MP 532/11) que ampliou as atividades da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). As mudanças vão preparar a estatal para as demandas postais e de logística da nova realidade mundial.

– Um mercado marcado principalmente pelo transporte da informação.

O senador também considerou positivo o fato de a mesma MP atribuir à Agência Nacional do Petróleo (ANP) a fiscalização e a regulamentação do setor produtivo dos biocombustíveis.

Flexa agradece benefício a produtor de açaí

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) agradeceu ao governo pela inclusão dos produtores de açaí entre aqueles que podem receber os chamados Empréstimos do Governo Federal (EGF), a juros de 6,75% ao ano. Anteriormente, os produtores tinham de tomar empréstimos a juros de mercado.

O senador informou que 300 mil pessoas trabalham na produção do açaí no estado do Pará.

A medida também beneficia os produtores de borracha natural.



Flexa: 300 mil pessoas beneficiadas

Comissão analisa, em caráter terminativo, proposta que aumenta pena para delitos em que funcionário público recebe ou exige vantagens indevidas utilizando-se de seu cargo

Projeto que torna corrupção crime hediondo está na CCJ

CORRUPÇÃO PASSIVA, CORRUPÇÃO ativa e concussão podem passar a ser crimes hediondos. Projeto com esse objetivo, de Pedro Taques (PDT-MT), tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 204/11) enquadrará esses delitos na Lei 8.072/90 (conhecida como lei dos crimes hediondos) e aumenta a pena prevista para esses casos no Código Penal. A pena por concussão (exigir, extorquir vantagem indevida para si ou para outra pessoa, direta ou indiretamente, em razão de função pública assumida), hoje de dois a oito anos de reclusão, mais multa, passa a ser de quatro a oito anos de reclusão, e multa.

A pena por corrupção passiva (solicitar ou receber vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, em razão de função pública), que hoje é de dois a doze anos de reclusão mais multa, aumenta para quatro a 12 anos de reclusão, e multa. Já a pena por corrupção ativa (oferecer ou prometer vantagem



Para Taques, desvio de verba pública causa milhares de mortes diárias

indevida a funcionário público, para levá-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício) passa a ser de reclusão, de quatro a 12 anos, e multa. Hoje a reclusão é de um a oito anos.

Taques afirma que pretende mudar o paradigma segundo o qual crimes hediondos são apenas aqueles cometidos com violência física direta, ocasionando repulsa em razão dessa

violência. “Deve-se perceber também a gravidade dos crimes que violem direitos difusos, coletivos e que atingem grandes extratos da população”, diz.

Mortes diárias

O senador frisou que, com o desvio de dinheiro público pela corrupção, faltam verbas para a saúde, para a educação, para os presídios, para a sinalização e construção de estradas, para equipar e preparar a polícia, e para outras políticas públicas.

O resultado prático do desvio dessas verbas, segundo ele, é a morte diária de milhares de pessoas, ou a mera sobrevivência em condições sub-humanas. Taques destaca que essas pessoas poderiam estar vivas e com dignidade “caso o Estado cumprisse a Constituição e garantisse a concretização de seus direitos fundamentais sociais”.

A decisão da CCJ sobre o projeto será terminativa, ou seja, a matéria, se aprovada, deve seguir para a Câmara sem necessidade de votação em Plenário.

Enquete sobre proposta bate recorde de votos

A enquete sobre projeto de lei que transforma atos de corrupção em crimes hediondos, encerrada à meia-noite de ontem, foi a que, proporcionalmente, mais recebeu votos desde o início da parceria entre a Agência Senado e o serviço DataSenado, em 2009. A pergunta foi respondida 426.618 vezes.

O objetivo era saber a opinião dos cidadãos em relação ao PLS 204/11, do senador Pedro Taques (PDT-MT), que inclui

atos de corrupção na Lei dos Crimes Hediondos para permitir a aplicação de punições mais severas aos condenados. Dos votantes, 99,4% foram a favor da proposta e 0,6%, contra.

De acordo com o responsável pelo DataSenado, Valter Rosa da Silva Júnior, a votação disparou nos últimos quatro dias. Até sábado passado, a enquete tinha menos de 25 mil votos.

Valter Silva Júnior ressalta que as outras enquetes mais votadas

no site do Senado envolveram grupos que defendem interesses específicos e são muito organizados, como médicos, advogados e professores.

– No caso dessa enquete, foi uma mobilização espontânea.

Na noite de quarta-feira, Pedro Taques comentou em Plenário que naquele momento já haviam sido registrados 260 mil votos de apoio ao projeto. Em poucas horas, a enquete recebeu quase 200 mil votos adicionais.



José Sarney preside sessão no Plenário do Senado. À sua direita, Randolfe Rodrigues, Philippe Daou e Sandra Couto e Silva

Plenário celebra Rede Amazônica de Rádio e TV

O Senado homenageou ontem os 39 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão. A sugestão para a solenidade foi do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para quem a homenagem não se restringe ao grupo empresarial, mas se estende também ao seu idealizador e presidente, jornalista Philippe Daou, que participou da sessão do Plenário.

Randolfe lembrou que a criação da TV Amapá, afiliada da Rede Amazônica, foi idealizada no ano seguinte, em 1973.

– Em 1974, essa rudimentar televisão conseguiu exibir os jogos da Copa do Mundo de

Futebol em videotape, com cerca de quatro horas de atraso. Os jogos eram gravados em Belém, na TV Guajará, e trazidos pela equipe em grandes e pesados rolos de metal e fita em avião do governo, que ficava à disposição da empreitada – relatou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a Rede Amazônica faz um trabalho gigantesco de integração de 61% do território nacional, que ultrapassa o campo empresarial. Geovani Borges (PMDB-AP) destacou a visão de futuro e o empreendedorismo de Philippe Daou ao integrar o povo amazônico ao Brasil e ao

mundo. Jorge Viana (PT-AC) disse que a história da rede se confunde com a história da região. Já Alfredo Nascimento (PR-AM) afirmou que a Rede Amazônica abriu uma das janelas mais importantes para o Brasil conhecer a realidade da região.

O presidente José Sarney disse ter acompanhado as dificuldades para implantar a Rede Amazônica. Segundo ele, muito do que hoje é a Zona Franca de Manaus se deve à defesa feita pelo pioneiro Philippe Daou. Anibal Diniz (PT-AC), Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA) também elogiaram o pioneirismo da rede.



Elogios ao programa Minha Casa

Marcelo Crivella ressalta projeto habitacional

Em visita ao Morro da Providência, no Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB-RJ) participou da entrega de casas do Cimento Social, projeto de habitação promovido pela prefeitura da capital fluminense.

– Temos, todos nós, que nos envergonhar de ver crianças morando no meio de ratos e baratas, cheirando esgoto, com nariz escorrendo, casebres improvisados que são muito quentes no verão e muito úmidos no inverno.

Crivella lembrou que no Morro da Providência surgiu a primeira favela do país, formada no século 19 por escravos alforriados que vinham da Guerra do Paraguai. Ele elogiou o programa Minha Casa, Minha Vida, e mostrou otimismo com o ritmo de trabalho do Cimento Social.

– Em três dias se constroem casas onde havia barracos, às vezes, por 20, 30, 40 anos.

O Dia do Profissional de Educação Física, comemorado ontem, foi lembrado pelo senador, que destacou o trabalho da categoria na melhoria da qualidade de vida. Para ele, a regulamentação da atividade valorizou o papel dos profissionais.

– Todas as mazelas para a regulamentação da profissão tinham em sua base o equivocado entendimento de que qualquer pessoa poderia ser treinador, instrutor ou ministrar aulas de educação física nas escolas.

Alfredo Nascimento será relator da MP 533

Alfredo Nascimento (PR-AM) foi designado ontem relator de projeto de lei de conversão (PLV 22/11) decorrente da Medida Provisória (MP) 533/11. O projeto autoriza a União a repassar recursos aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de escolas públicas de educação infantil. A MP busca adequação ao texto da Emenda Constitucional 59/09, que estabelece que até 2016 todas as crianças de 4 e 5 anos deverão frequentar estabelecimentos de ensino. Com validade até 20 de setembro, a MP tranca a pauta.



Senador foi designado ontem